

Alesp aprova PL que autoriza R\$ 15 bilhões em empréstimos ao Estado

Recursos devem financiar Rodoanel, nova sede do Governo, ações sociais e saúde

Rodrigo Romeo/Divulgação Alesp

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) aprovou, em sessão extraordinária realizada nesta terça-feira (24), o Projeto de Lei 128/2026, que autoriza o Governo estadual a contratar empréstimos para financiar obras de infraestrutura, programas sociais e investimentos na área da saúde. O texto segue agora para sanção ou veto do governador.

Somados, os financiamentos podem chegar a quase R\$ 15 bilhões, de acordo com a cotação atual do dólar. A maior parte das operações tem como base a moeda americana e poderá ser contratada junto a bancos nacionais, instituições internacionais e agências de fomento. A proposta foi aprovada por 54 votos favoráveis e 4 contrários no Plenário.

Apesar da aprovação expressiva, o projeto gerou discussões entre os parlamentares, especialmente em relação à transparência na aplicação dos recursos e ao impacto no endividamento do Estado. Deputados da oposição cobraram maior detalhamento sobre a destinação dos valores e alertaram para o risco de aumento das despesas futuras com juros. Também houve críticas ao uso de empréstimos para financiar programas sociais e outras iniciativas que, na avaliação de parte dos parlamentares, deveriam contar com previsão orçamentária própria.



O projeto gerou discussões, especialmente sobre a transparência na aplicação dos recursos

O maior volume de recursos previsto no projeto será destinado ao Rodoanel Mário Covas, com foco na continuidade e complementação de obras nos trechos Norte, Leste e Sul. Para o trecho Norte, recém-inaugurado, está prevista a contratação de cerca de US\$ 820 milhões (aproximadamente R\$ 4,4 bilhões), valor que inclui custos adicionais em relação ao planejamento original, além de despesas com reassentamento de famílias, desocupação de áreas e medidas de segurança viária.

Nos trechos Leste e Sul, poderão ser contratados até US\$ 176,3 milhões (cerca de R\$ 942 milhões). Os recursos devem viabilizar novas intervenções, como a construção de um dispositivo de acesso entre o Rodoanel e municípios da região metropolitana, como Suzano e Poá, além da implantação do sistema de pedágio eletrônico "free flow", que dispensa praças físicas de cobrança.

Outro eixo relevante do projeto é a construção da nova sede administrativa do Governo do Estado, prevista para a região dos

Campos Elíseos, no centro da capital paulista. O texto autoriza a contratação de até R\$ 3,4 bilhões em empréstimos para viabilizar a parceria público-privada do empreendimento, que pretende concentrar, em um único complexo, o gabinete do governador, secretarias e órgãos estaduais.

A proposta inclui ainda a requalificação urbana da região, com restauração de edifícios históricos, implantação de comércio e serviços e reorganização de equipamentos públicos, como o terminal de ônibus. A expecta-

tiva é reunir cerca de 22 mil servidores no local, com a justificativa de melhorar a coordenação administrativa e a prestação de serviços.

Na área social, o Programa SuperAção da Pobreza também deve ser financiado com recursos provenientes dos empréstimos. Estão previstos cerca de US\$ 82,3 milhões (aproximadamente R\$ 430 milhões) para a iniciativa, que busca reduzir a vulnerabilidade social e promover maior autonomia para famílias em situação de pobreza. Os valores, no entanto, devem ser incorporados ao orçamento estadual apenas a partir de 2027.

Já na área da saúde, o projeto prevê a destinação de aproximadamente US\$ 157,4 milhões (cerca de R\$ 824 milhões) para o fortalecimento das Redes Regionais de Atenção à Saúde. Entre as ações previstas estão a modernização da infraestrutura, a ampliação do acesso aos serviços, a transformação digital do sistema e a construção de um hospital geral nas proximidades de Itapeitinga.

Por fim, o projeto autoriza a contratação de até US\$ 970 milhões (mais de R\$ 5 bilhões) para a reestruturação da dívida estadual. Segundo o Governo, a medida tem como objetivo substituir contratos com custos mais elevados por novas operações com condições mais favoráveis.

Com 33,6 milhões de eleitores, SP se prepara para as eleições

Divulgação TRE-SP

O estado de São Paulo, que concentra o maior colégio eleitoral do país, já iniciou a articulação para as Eleições 2026. Com mais de 33,6 milhões de eleitores aptos a votar, o estado deve ter papel central na organização do pleito nacional.

O tema foi discutido nesta terça-feira (24), em Brasília, durante reunião entre o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), desembargador Encinas Manfré, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, e dirigentes de outros Tribunais Regionais Eleitorais.

O encontro, na sede do TSE, teve como foco os preparativos para as eleições do próximo ano e o alinhamento de estratégias entre os tribunais, além de outros temas ligados à Justiça Eleitoral.

A antecipação das discussões



Manfré se reuniu com a presidente do TSE, Cármen Lúcia

reflete o desafio logístico, especialmente em estados com grande número de eleitores, como São Paulo, que envolve desde a distribuição de urnas até a gestão de locais de votação.

No estado, os mais de 33,6 milhões de eleitores devem com-

parecer às urnas em 4 de outubro, no primeiro turno.

A quantidade de cargos e o volume de eleitores colocam São Paulo como um dos principais focos da Justiça Eleitoral na preparação do pleito, pelo impacto direto nos resultados nacionais.

Estado libera 1.850 moradias para policiais

O Governo de São Paulo liberou as primeiras 1.850 unidades do programa Moradia Segura, voltado a policiais, em meio a uma demanda que já supera 39 mil inscritos no estado. A nova etapa foi anunciada na terça-feira (24) e marca o início da distribuição de moradias e crédito habitacional para agentes de segurança pública.

Do total, são 1.250 unidades habitacionais e 600 cartas de crédito de até R\$ 250 mil, que poderão ser usadas na compra de imóveis. A iniciativa contempla policiais civis, militares, técnico-científicos e penais que atendam aos critérios do programa.

A diferença entre o número de beneficiados e a quantidade de inscritos evidencia o desafio de atender à demanda por moradia entre os profissionais da segurança. Segundo dados do

governo, mais de 39 mil famílias se cadastraram no programa, sendo a maioria da Polícia Militar.

As unidades serão distribuídas entre a capital e 67 municípios do interior. Na cidade de São Paulo, estão previstas 350 moradias, enquanto as demais serão construídas em regiões como Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba e São José do Rio Preto.

O programa prevê financiamento com juros zero para famílias de menor renda e taxas reduzidas para outras faixas, com parcelas limitadas a uma parte da renda mensal.

Criado em 2024, o Moradia Segura busca ampliar o acesso à casa própria para agentes de segurança, mas ainda enfrenta o desafio de atender a um contingente elevado de interessados em todo o estado.